

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:  
“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE  
JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

---

ATA Nº 031

PRESIDENTE - DEPUTADO PROFESSOR ALLAN KARDEC

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Bom dia!

Bom dia, pessoal!

(A PLATEIA RESPONDE: BOM DIA!).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Estamos ao vivo pela *TV Assembleia* e pela *Rádio Assembleia* e nas redes sociais que fazem a cobertura desta Audiência Pública.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater o tema: “Desenvolvimento Sustentável é Possível?”

Convido para compor a mesa de autoridades o Dr. Alexandre Luiz Cesar, Procurador do Estado de Mato Grosso, um dos nossos palestrantes - vem para cá meu amigo Alexandre Cesar -, que foi Deputado Estadual desta Casa também, um dos responsáveis pelo levantamento socioambiental no Estado de Mato Grosso; o Sr. Augusto César da Costa Castilho, Analista Ambiental, neste ato representando a Sr<sup>a</sup> Lívia Karina Passos Martins, Superintendente do IBAMA Mato Grosso. Obrigado. Seja bem vindo. (PALMAS)

Convido o Vereador Júnior Bedico, de Barão de Melgaço, município berço do Pantanal do Estado de Mato Grosso; o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Superintendente de Recursos Hídricos da SEMA. Obrigado pela presença. (PALMAS)

Convido a Professora Ivone da Silva Matos, Coordenadora do Curso de Engenharia Ambiental da UFMT. Venha para cá, Professora Ivone. Está dando entrevista.

Convido o Paulo Wagner Moura de Oliveira, Coordenador Executivo do Instituto Cidade Amiga e Cooperativa V de Vitória.

Venha para cá Paulo e Professora Ivone também. (PALMAS)

Convido o nosso Procurador da Assembleia Legislativa, Dr. Francisco de Brito.

Venha cá, Dr. Francisco. Obrigado pela presença. A Procuradoria da Casa é sempre convidada para participar dos nossos eventos nos respaldando juridicamente.

Ao passo que outras autoridades convidadas comparecerem na nossa audiência faremos os registros e, se for o caso, convidar para a composição também.

Composta a mesa, nesse momento peço que todos fiquem de pé para cantarmos e ouvirmos o Hino Nacional.

(EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (ALLAN KARDEC) – Faço os registros e os agradecimentos.

Registro e agradeço a presença da Professora Doutora Margarida Markedo, Diretora da Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia-FAET, da UFMT. Peço uma salva de palmas para a professora. Obrigado pela presença. (PALMAS)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Cumprimento a Sr<sup>a</sup> Sandra Regina Duarte, Jornalista do Conselho Indigenista, Missionária em Mato Grosso, CIBE. Obrigado. Uma salva de palmas. (PALMAS).

Agradeço a presença dos alunos de Engenharia e Engenharia Ambiental da UFMT. Valeu moçada. Obrigado pela presença.

O Dr. Francisco de Brito já está aqui e faz a composição da mesa.

Feita, então, a primeira etapa ritualística da nossa audiência pública. Vamos agora direto ao tema.

O que pretendemos com a audiência pública de hoje, que marca inclusive o Dia Mundial do Meio Ambiente, é que a Assembleia Legislativa seja protagonista numa discussão que é inerente ao nosso Estado, uma discussão sobre como continuar crescendo economicamente com desenvolvimento sustentável.

Esse é o grande desafio acredito que do mundo, ex-Deputado Estadual e Procurador do Estado Alexandre Cesar.

Como podemos aumentar o crescimento econômico, como podemos continuar consumindo do planeta de maneira sustentável?

Para que possamos ter um pouco de construção de conhecimento, inclusive conhecimento acadêmico e também conhecimento daquilo que já foi feito na Assembleia Legislativa, convidamos o professor Dr. Alexandre Cesar, que está concluindo seu doutorado, mas passou por pela Assembleia Legislativa, foi um relator brilhante do levantamento socioambiental do Estado de Mato Grosso e vai fazer a palestra inicial.

Vamos fazer a abertura da palavra a partir da mesa, mas em especial a plateia precisa participar, precisa se inscrever. Só assim a Audiência Pública é consolidada. Uma Audiência Pública que não consigamos fazer inscrição da plateia e da plenário é uma Audiência Pública não validada.

Então, vamos começar aqui a bater um papo sobre isso e depois vocês fiquem a vontade para fazer suas manifestações e perguntas para as pessoas que estão aqui.

Antes do ex-Deputado Alexandre Cesar, quero dizer o nosso mandato está completando quatros meses, mas antes de estar aqui na Assembleia Legislativa nós ficamos quatro anos em Cuiabá, trabalhando e atuando como Vereador naquela Casa de Leis, no parlamento cuiabano e uma das questões que nos afeta é a questão do meio ambiente.

Hoje a tentativa é a de que façamos uma discussão mais ampla sobre o Estado produtor, em especial um Estado que produz soja, milho, algodão, gado e essa grande produção precisa de muita terra.

Como podemos fazer, professor Hugo Verner, para produzir sem aumentar o desmatamento? Essa é a grande discussão.

Mas tentar trazer para cá essa discussão de Cuiabá 300 Anos, que não faz coleta seletiva de lixo do jeito que precisa ser feita; a Cuiabá 300 Anos, e Várzea Grande também, que não trata o esgoto que joga no Rio Cuiabá.

Ex-Deputado Alexandre Cesar, a discussão sobre os nossos mananciais, os nossos córregos, com construções de prédios e condomínios em cima das nossas nascentes.

Então, quero também deixar aqui um mea-culpa nessa discussão.

Vamos discutir, sim, a questão da agricultura, mas vamos discutir também as regiões metropolitanas e avançar, ao passo que conseguirmos fazer essa discussão, também em outros municípios, como Rondonópolis, Sinop, Alta Floresta. Cada um desses municípios tem sua especificidade e nós da região metropolitana temos a nossa.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Mas, acima de tudo, discutir se o desenvolvimento sustentável é possível e quais são os passos que precisamos fazer efetivamente.

Acho que esse é o papel da Assembleia Legislativa, chamar a sociedade para essa discussão e a partir da discussão, que saíamos daqui minimamente subsidiados por uma carta de intenções.

Sejam todos bem vindos e bem vindas.

Passo a palavra ao púlpito, se quiser falar daqui fica a vontade, ao meu amigo Alexandre Cesar.

O SR. ALEXANDRE CESAR - Bom dia a todas e a todos, cumprimento a mesa de autoridades, na pessoa do meu amigo e Deputado Estadual Professor Allan Kardec.

Para mim, é uma honra retornar a esta Casa para tratar de um tema que, obviamente, pode parecer meio fora de moda, tanto que tem mais de quarenta anos que tratamos desse assunto e parece que, hoje, com uma ampla hegemonia, de um determinado modelo de desenvolvimento, falar em desenvolvimento sustentável e falar em nada é a mesma coisa.

É importante que o Parlamento reflita. Acredito que haja, ainda, uma janela de oportunidades, até porque, em que pese essa hegemonia, o atual modelo de desenvolvimento global tem os dois destinos da humanidade. É preciso apresentar alternativas que possam, em um futuro, a meu ver, bastante próximo e diante de fatores que não terei condições de aprofundar aqui, mas que já dão os seus primeiros sinais no plano global, com reflexos muito claros também no Brasil, especialmente aqui em Mato Grosso por conta da nossa inserção no ponto de vista mercadológico...

No cenário econômico mundial é preciso apresentar alternativas para que não fiquemos a reboque deste modelo que, não preciso conceituar aqui, é um modelo concentrador, é um modelo ambientalmente predatório, concentrador de renda, concentrador da utilização da terra e fortemente impactante sobre o meio ambiente e sobre nós que dele fazemos parte.

A pergunta que nos traz aqui, proposta pelo Deputado Professor Allan Kardec, é se o desenvolvimento sustentável é possível. Essa é a indagação que nos traz aqui. É possível fazer o desenvolvimento sustentável?

Primeiro, precisamos saber o que é desenvolvimento sustentável, não é? Professor Hugo Werle, Professor e Doutor do Departamento de Geografia da nossa Universidade Federal de Mato Grosso, sabe muito bem e ensina isso para os seus alunos na graduação, na pós-graduação. É um conceito guarda-chuva, é um conceito que serve pra quase tudo.

Todo mundo fala que é possível fazer o desenvolvimento sustentável agora, depende da ótica de quem fala. Há um conceito, é claro, que é aceito pela academia, aceito pelos meios que tratam do tema, que é um conceito que vem já de 1972, quando se reuniu, pela primeira vez, a Conferência das Nações Unidas para tratar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia. Essa Conferência montou uma comissão que foi presidida pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, depois, se chamou Comissão Brundtland, que propôs um trabalho final, um balanço da situação ambiental, econômica e ambiental do planeta, esse relatório foi denominado de “Nosso Futuro Comum”.

Nesse Relatório foi divulgado e só em 1987, veio o primeiro conceito, o conceito que até hoje utilizamos como desenvolvimento sustentável, que é de que o desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Ou seja, é um conceito que trabalha com a utilização dos recursos, obviamente, que recursos naturais depois tomam uma proporção econômica. Esses recursos teriam que ser suficientes para nos dar a satisfação das nossas necessidades no presente, mas utilizá-los de tal forma que, no futuro, os nossos filhos, os nossos netos, os nossos bisnetos e os filhos dos netos e bisnetos deles – que nem irão se lembrar de que nós existimos – possam também ter recursos para poder viver com dignidade.

Alguns até arregalaram o olho! Falaram: “Será que os meus netos, os netos dos meus netos não vão saber que eu existi?”. Eu vou dizer: não vão saber. Você se lembra de quem foi o avô do seu avô? Então, podem ter certeza que os netos dos seus netos não vão saber quem você foi. Mas, eles vão ter, com certeza, necessidade de utilizar os recursos naturais, o mínimo necessário. Se eles não tiverem o mínimo para poder garantir qualidade de vida aí, sim, eles não vão se lembrar de quem fomos, mas eles vão se lembrar da nossa desastrosa existência. E é isso que faz com que reflitamos hoje, tenhamos uma consciência chamada transgeracional para poder pensar a utilização dos recursos naturais de forma racional, para que, no futuro, os netos dos nossos netos também possam desfrutar desses recursos.

É aí que está o problema porque, primeiro, nós não temos bases científicas, até porque todos os aspectos da ciência são mutáveis, é só ver o que era cientificamente reconhecido há cem anos e o que é hoje, mas nós não temos elementos suficientes para afirmar de que, por exemplo, nós já não tenhamos ultrapassado o chamado ponto de não retorno. Ou seja, a utilização dos recursos desta forma, neste ritmo, nesta intensidade como nós utilizamos, muito em breve não dará condições de ter recursos suficientes nem para as nossas atuais gerações.

As mudanças climáticas são alertas importantes nesse sentido, mas já outros cientistas, especialmente aqueles que têm dado suporte para a atividade produtiva e hegemônica no planeta dizem o seguinte: “Não, não há nada que possa comprovar que nós não tenhamos capacidade para desenvolver novas tecnologias, para que diante do esgotamento aparente de um determinado recurso, nós possamos desenvolver outros e, portanto, de forma indefinida, continuar utilizando os recursos sem prejuízos para as gerações futuras.”. A partir daí, nós entramos em um conflito. Para isso, mesmo que nós, do Direito, eu sou Procurador do Estado, sou professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT e estudo, obviamente, a questão ambiental pela ótica jurídica, não só pela ótica jurídica, mas pela ótica do Direito, cumhamos um princípio que seria essencial para que houvesse esse direito, chamado Direito ao Meio Ambiente Sustentável, Direito a um desenvolvimento sustentável, chamado Princípio da Precaução. Ora, se não temos certeza nem de que já ultrapassamos o ponto de não retorno, nem de que no outro extremo tenhamos condições de desenvolver a nossa capacidade produtiva de forma exponencial sem comprometer o futuro das próximas gerações, precisamos tomar cuidado! Nós precisamos agir com precaução, nós precisamos agir com cautela. E como se faz isso? Com o mínimo de base técnica, de base científica, portanto, reservando uma parte dos recursos naturais, já que nós não sabemos se teremos condições de desenvolver a ciência a tal ponto de não precisar deles preservando uma parte desses recursos para o futuro. Já, há muitos anos.

Claro que isso foi mudando de concepção, nós reservamos espaços territoriais, protegemos espaço no território onde, integral ou parcialmente, os recursos naturais são mantidos, quase intocáveis no caso das unidades voltadas para a preservação e algumas com utilização, mas utilização racional naquelas voltadas para a conservação dos recursos naturais. São as unidades de conservação, mas também aqui no Brasil recebem um cem número de nomes, parques públicos, florestas públicas, estações ecológicas, reserva de desenvolvimento sustentável etc., etc.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Mas também entra a área do Exército, a área de segurança nacional, entra as terras indígenas, também podem entrar dentro desse conceito como forma de nós reservarmos, em determinados território, parcelas para o futuro, para fazer pesquisa, reservar sementes, para poder preservar paisagens, para promover educação ambiental e para o nosso lazer também.

José Lutzenberger, que foi o primeiro Ministro do Meio Ambiente do Brasil, no Governo de Fernando Collor, quando criou o Ministério do Meio Ambiente, dizia assim “uma sociedade, um modelo de desenvolvimento... Uma sociedade que precisa criar espaços territoriais, espaços no chão e limitar esses espaços para proteger do próprio modelo não pode estar certa, não pode estar no caminho correto, eu de certa forma concordo com ele, mas é a experiência possível que nós temos de garantia desse futuro.

Mas aí surgiu outra questão, tudo bem, estamos preservando territórios. A Organização Mundial para Conservação da Natureza disse que seria importante preservar pelo menos 15% de cada um dos biomas em cada território. No nosso caso, como nós temos muitos biomas, temos o pantanal, temos a floresta amazônica, temos o cerrado, temos a caatinga, nós temos a floresta atlântica, nós temos o pampa gaúcho, nós temos um cem número de biomas no Brasil, muitos já bastante estudados.

Seria importante preservar pelo menos 15% de cada um deles, é verdade que há uma desproporção, a mata atlântica hoje não tem 3% de sua área preservada, enquanto a floresta amazônica tem 65% intocada, outras áreas já com grau de antropização, algum grau de interferência humana e outras já completamente antropizadas, completamente utilizadas.

Pois bem, diante disso, o que se coloca como um grande desafio para nós... E nessas áreas que nós não delimitamos e nessas áreas de utilização geral por todos nós. Obviamente grande parte está sob a privada, mas o que fazer para garantir que esses recursos também não se esgotem? Ou como podemos usar de forma a potencializar esses recursos?

Ora, desde 1981, o Brasil tem uma política nacional de meio ambiente. A posição do Brasil, antes com relação à questão ambiental, inclusive em 1972, era de que essa questão ambiental era um atraso para o nosso progresso, vivíamos um Regime Militar, inclusive a delegação brasileira foi a Estocolmo com a seguinte máxima: “Poluidores do mundo todo, uni-vos, o Brasil está aberto para vocês”, fazendo uma brincadeira com o final do manifesto comunista de Marx e Engels, eles diziam: “Olha poluidores do mundo todo se no seu País tem algum problema para você produzir, não se preocupe, no Brasil estamos de braços abertos para que vocês venham produzir e poluir, porque queremos o progresso a qualquer preço”.

Obviamente que essa política mudou, em 1981, houve a política nacional de meio ambiente, e em 1992 sediamos a Segunda Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento e o meio ambiente, a Eco 92 ou Rio 92, que foi um marco na história da questão ambiental no mundo, com a assinatura de diversos tratados e convenções internacionais, um grande debate com a presença de mais de cem chefes de estado de todo mundo, chefes de Governo, delegações internacionais de organizações não governamentais.

Foi um momento muito importante na história da discussão do desenvolvimento sustentável, até porque fazia vinte anos da conferência de Estocolmo para avaliarmos o estado da... E propor alternativas para o futuro.

Veio a Conferência das Mudanças Climáticas, Conferência do Clima, essa que o Trump quer desembarcar agora, os Estados Unidos nunca entraram, não sei o que eles querem desembarcar e por quê?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Dos Países presentes, somente três não assinaram a conferência já na primeira rodada: Estados Unidos, Israel e Japão, então não sei por que, como é sabido, Japão e Israel são Países que têm forte dependência dos Estados Unidos da América. O Japão inclusive nem exército tem, quem garante a segurança externa do Japão é o exército americano, as Forças Armadas Americana.

Para se ter uma noção de que o tratado das mudanças climáticas inclusive nunca se tornou efetivo: os Estados Unidos, que são importante ator nesse cenário, nunca integralmente participaram dessa discussão e contribuíram com o cumprimento das suas próprias cotas.

A verdade é que foi um momento importante para que pudéssemos refletir sobre esse tema e para também que pudéssemos ampliar a utilização dos instrumentos dessa política, instrumentos voltados para promover o desenvolvimento sustentável.

Já na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, há um conjunto de instrumentos importantes, o licenciamento ambiental, por exemplo, que é a aferição pelo Poder Público do cumprimento de um conjunto de diretrizes pela iniciativa privada, ou por projetos públicos para que se possa realizar aquele empreendimento sem a destruição completa do meio ambiente; o estudo de impacto ambiental para grandes obras para que se possa verificar também quais são as consequências desses investimentos e propor medidas que possam minimizar os impactos ambientais.

Aí além desses, há um instrumento que eu acho que é um instrumento integrador, aí irei puxar a brasa para a minha sardinha, é o tema que estou estudando, é o tema, parece-me, que pode garantir a integração desses outros instrumentos e permitir que possamos pensar esse desenvolvimento sustentável com o mínimo de concertação, com o mínimo de acordo, com o mínimo de integração de entendimentos, que é o zoneamento ecológico-econômico, chamado na 6.938, a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, de zoneamento ambiental, depois ganhou forma na sua regulamentação pelo Governo Federal como zoneamento ecológico-econômico e aqui em Mato Grosso ganhou ainda mais uma palavrinha, aqui virou zoneamento socioeconômico ecológico. Então, em Mato Grosso o nome do instrumento é zoneamento socioeconômico ecológico.

O que é o zoneamento? O zoneamento é a busca de se fazer um amplo diagnóstico do quadro, como eu disse, são três aspectos: do quadro social, da situação social de um determinado território; dos seus aspectos econômicos, dos seus aspectos produtivos; e também do seu patrimônio ecológico.

A partir desse diagnóstico, cruzar essas informações, é claro que com uma metodologia predefinida, não é uma coisa aleatória, eu junto aqui, ponho aqui, não liga, não é lé com cré, tem que ter alguma lógica, tem que ter alguma base metodológica para que eu possa apresentar uma proposta de futuro.

Então, o zoneamento é, ao mesmo tempo, um instrumento de um amplo diagnóstico e é também um instrumento de proposição geral sobre a nossa visão para o futuro. É claro que a partir das bases de dados que foram coletadas.

Pois bem, em Mato Grosso, desde 1992, aproximadamente, se faz esse debate, desde a Conferência do Rio de Janeiro. Foi feita uma primeira lei, uma primeira chamada, a primeira aproximação do zoneamento socioeconômico-ecológico juntando esses elementos. E é claro que isso se projeta num mapa, todas essas informações se projetam num mapa, nós estamos falando do território, estamos falando do chão, e a partir desse mapa, nós vamos definindo zonas, por isso zoneamento, onde cada atividade deve ser privilegiada e onde, obviamente, algumas atividades não devem ser estimuladas. Para isso, há zonas ou categorias de uso voltadas à produção primária e há

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

---

outras que devem ser destinadas à preservação; outras que devem ser utilizadas para a recuperação de recursos naturais já degradados; outras devem estimular uma produção consorciada com o extrativismo de natureza sustentável do meio ambiente; e aí diversas categorias são instituídas nesse sentido.

Mato Grosso trabalhou nisso e construiu outra proposta, depois com o financiamento do Banco Mundial, por meio de um Programa chamado PRODEAGRO, em que foram investidos trinta milhões de dólares num amplo diagnóstico sobre a realidade do Estado de Mato Grosso. Mesmo que não tenha contado inicialmente com a participação muito significativa de técnicos pesquisadores mato-grossenses, a verdade é que o produto depois foi sendo ajustado com a participação da equipe do próprio Governo e hoje nós temos uma base de dados que é muito rica com relação a esses investimentos.

E foi produzido depois um prognóstico, uma proposta de futuro para Mato Grosso. Essa proposta veio para a Assembleia Legislativa, foi tramitada a partir de 2008, e também recebeu um amplo debate. Eu fui escolhido inicialmente como membro da Comissão Especial que se formou para discutir o projeto e depois fui escolhido o relator do projeto nessa comissão.

Fizemos um debate amplo no Estado todo, foram provavelmente mais de oitenta mil pessoas que participaram das discussões sobre o zoneamento socioeconômico-ecológico, obviamente, com todas as distorções que esse tipo de discussão promove. Tem gente que fala: “Opa! Tem ecológico no meio eu não quero nem saber do que se trata. Sou contra. Porque isso vai limitar a minha atividade produtiva, isso de alguma forma vai...” É claro que quem está hegemônico, obviamente, que o agronegócio e suas entidades representativas e seus representantes neste Parlamento atuaram fortemente para dizer: “Qualquer instrumento que venha a colocar regras sobre a atividade produtiva, nós estranhamos. Nós achamos que tem que ser melhor discutido ou se não for possível, melhor discutir para ficar do jeito que nós queremos, é melhor nem aprovar.” E isso acabou contaminando, de certa forma, a discussão ao passo que também outro segmento não queria que houvesse nenhuma mudança na proposta original, também com as suas razões, entendendo que aquilo era o melhor que se pôde produzir no sentido de ordenar o território do nosso Estado através dessas zonas e propor instrumentos que permitissem a plena utilização dos nossos recursos naturais, sem comprometer o futuro, ao contrário, fazendo investimentos, inclusive, para recuperar as áreas que tinham sido degradadas.

O debate foi intenso e, a partir desse debate, nós produzimos uma proposta alternativa, vamos dizer assim, o Prof. Hugo foi um dos coordenadores da comissão técnica que trabalhou nesse projeto. Nós propusemos um substitutivo integral ao projeto do Executivo, mas na reta final, apareceu outro substitutivo que, simplesmente, desfigurou completamente aquele que nós havíamos produzido e aprovaram a lei com base nesse último substitutivo. A lei foi sancionada pelo Governo, mesmo com pareceres contrários, tanto da Procuradoria-Geral do Estado quanto da equipe técnica da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Meio Ambiente.

O Governador sancionou esse projeto e poucos meses depois o Ministério Público Estadual ingressou com uma ação civil pública para suspender praticamente toda a parte regulamentadora do projeto, entendendo que ela não cumpria os requisitos básicos para poder ordenar o território de Mato Grosso. A liminar foi concedida e mantida no tribunal, concedida em primeiro grau e mantida no tribunal, o processo já foi julgado em primeira instância, foi julgado favorável, ou seja, a lei continua suspensa. Há um recurso do Estado, mas, sinceramente, é pró-forma, não vejo nenhuma chance de sucesso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSIVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Então, o instrumento que nós tínhamos para planejar e, pelo menos garantir esse desenvolvimento sustentável, Deputado Professor Allan Kardec, simplesmente, acabou ficando suspenso pela Justiça e hoje Mato Grosso não tem... Um dos poucos Estados da Amazônia... Recentemente, o Ministério do Meio Ambiente lançou essa publicação: “O zoneamento ecológico e econômico na Amazônia Legal, trilhando o caminho do futuro,” que faz um balanço da situação de todos os Estados da Amazônia Legal. Mato Grosso é apontado como um daqueles que ainda não têm o zoneamento aprovado, em que pese o Código Florestal ter dado cinco anos para que os Estados realizassem essa tarefa. Esses cinco anos teriam acabado dia 27 passado, dia 27 de maio.

Então, nós ainda estamos em débito com esse instrumento. E o que se avizinha para o futuro? E aí a importância desse momento, Deputado Professor Allan Kardec, o que se avizinha para futuro? Na Conferência do Meio Ambiente, realizada em Paris, em março do ano passado, o Governador Pedro Taques assinou dois documentos se comprometendo a realizar duas macro políticas para o Estado de Mato Grosso.

Uma é a chamada estratégia PCI: produzir, conservar e incluir, que é uma estratégia voltada a garantir que a agricultura familiar... Está aqui o nosso companheiro Tião, do Conselho Indigenista Missionário, que tem acompanhado essa discussão, que é uma estratégia para fazer com que se possa, como o próprio nome diz, garantir meios para a produção da agricultura familiar com conservação dos recursos naturais e com inclusão social.

O outro documento foi o compromisso de retomar o zoneamento socioeconômico ecológico, para isso foi constituído um processo de montagem de uma nova Comissão Estadual para discutir esse projeto. E estamos agora na expectativa de que no dia... Na próxima segunda-feira, haja o retorno das discussões, já que depois de um ano e três meses, nós temos todos os membros, e a Comissão está montada.

E é importante refletirmos, porque... Primeiro, as experiências do passado, as duas tentativas de promover o zoneamento do Estado de Mato Grosso foram infrutíferas. Temos que aprender com elas, mas temos que aprender também com outras experiências de Estados que têm características próximas as nossas e que conseguiram, de uma forma ou de outra, chegar a um resultado. Não sei se esse resultado é positivo, por exemplo, nosso Estado vizinho Rondônia já vai para primeira revisão do seu zoneamento. Este ano, o zoneamento lá completa dez anos, e nosso vizinho Rondônia revisará o seu zoneamento.

Os primeiros dados mostram que, infelizmente, o zoneamento lá não foi muito eficaz para ordenar o território, mas preservou 60% do território de Rondônia, preservou entre aspas, porque, obviamente, há roubo de madeira, mas houve uma contenção do processo de destruição dos recursos naturais que acontecia no Estado de Rondônia. Eles retomarão essa discussão, então, é importante que acompanhem isso.

O Acre, que é outro Estado que também fez o zoneamento, há mais de dez anos, também neste ano começa a revisar o seu processo. Agora parece que, no próximo mês, será feito um grande evento nesse mês de junho, em que eles farão um grande evento para relançar, montar novamente a Comissão Estadual de Zoneamento e relançar a discussão, também há experiências importantes.

Já no Acre, é um pouco diferente, o território é menor, há outro modelo de ocupação, não é esse da “Marcha para o Oeste”, que aconteceu aqui e em Rondônia. É outro modelo de ocupação, é um modelo que vem de mais de 150 anos, com os soldados da borracha, com a ocupação daquele território, especialmente, por nordestinos, depois por outros fluxos migratórios. Mas, no Acre, teve outra experiência, que é a liderança política dos Viana, da Família Viana,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

---

especialmente do primeiro Governador Jorge Viana e que, depois, foi mantido pelos governadores. Temos um mesmo grupo político há quase 20 anos governando o Acre e esse grupo fez do zoneamento um instrumento importante na sua plataforma de atuação governamental. Eles criaram até um conceito no Acre chamado Florestania, que é a junção da vida na floresta com a cidadania, uma cidadania florestal. Criaram um conceito bonito, mas, também, há pontos que precisamos criticar e é uma experiência interessante.

Outro vizinho nosso, o Pará, fez um zoneamento regional. Na verdade, o Pará fez três zoneamentos, não fez um. E a principal região do Estado que não dá  $\frac{2}{3}$  da população, que é Belém e a Ilha de Marajó, não está zoneada. Então, também... Mas é uma experiência importante, porque teve liderança política e teve esse fracionamento e de outro grupo político. No Pará foi o Simão Jatene, que é de uma posição política diversa daquela que, hoje, governa o Acre. No Acre é o PT e no Pará é o PSDB. Então, são posições políticas que têm muitas diversidades pelo menos na história recente do nosso País, mas é uma experiência importante.

A partir daí, temos que tentar construir um espaço que busque evitar as falhas que aconteceram na nossa experiência e, também, nesses outros Estados e que potencialize os pontos considerados positivos. Esse estudo é uma referência importante que o Ministério do Meio Ambiente fez. A minha tese de doutorado que está em curso, também, busca a partir de entrevistas, a partir da coleta de material bibliográfico, fazer uma reflexão.

Eu acho que é possível! E respondo a pergunta para terminar: acho que é possível! É possível promover o desenvolvimento sustentável? É possível! É claro que há uma configuração de forças políticas que é muito adversa à sustentabilidade de qualquer natureza, não só econômica, não só ecológica, não só social. Nós não precisamos falar. Nós vivemos em um Estado que é o paradigma desse modelo, onde a produção agrícola de *commodities* para exportação é a locomotiva da economia não só do Estado, mas do País todo. Tem influência, inclusive, muito significativa sobre a economia do Brasil, hoje.

Obviamente, quem está surfando na crista da onda não quer cair da prancha e nem quer nenhuma marola, coral, qualquer coisa, para desequilibrar. Ele quer ficar ali. Não quer que mude o vento, não quer nada. Então, é um processo que tem que ser considerado. Não estou falando que com isso precisa-se fazer uma conciliação, porque eu tenho a convicção de que esse modelo não é sustentável. Não é sustentável economicamente, como disse, não tem como entrar nessa discussão, porque ela tem aspectos macroeconômicos... Mas não é sustentável economicamente, porque é extremamente dependente do movimento do consumo de *commodities* e da própria produção que pode mudar, a qualquer momento, e a África está dando provas de que pode substituir e muito o cerrado brasileiro com vantagens logísticas, pois está mais próxima da China, está próxima do nosso principal mercado consumidor, e pode tornar economicamente inviável. Do ponto de vista social nem é preciso dizer! Nem é preciso dizer! Recentemente, semana passada, foi lançado o mapa dos conflitos pela terra no nosso Estado que mostra que, ao invés de diminuirmos os conflitos, esse modelo só tem feito aprofundar. Nós não ouvíamos falar em chacina há alguns anos e voltamos a ouvir falar e, praticamente, todo mês de chacinas no campo, de massacres de trabalhadores no campo.

Quanto à questão do trabalho escravo havia indicadores de redução há algum tempo, mas voltamos a ter significativo incremento no trabalho escravo. Do ponto de vista ambiental, então, sem se fala.

Há estudos muito aprofundados sobre os problemas dos agrotóxicos. Na Universidade Federal há um grupo bastante empenhado, liderado pelo Professor Wanderlei Pignatti,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

---

com relação aos efeitos nefastos da utilização desmedida de agrotóxicos à produção de grãos no nosso Estado, mas há outros efeitos. O aquecimento global e as mudanças climáticas, também, acabam preocupando e, daqui a pouco, poderão inviabilizar, economicamente, também, a atividade produtiva com pragas, com regime de chuvas diferenciado que torne aquilo que era vantagem produzir cerrado uma desvantagem.

Portanto, diante desses fatores, parece que, também, pode ser que haja uma consciência de que é importante sentarmos e discutirmos alternativas. Não vamos também ser ingênuos ao ponto de pensarmos que não precisamos considerar esses fatores. A maioria da Bancada nesta Casa é representação desse segmento que é a hegemônico economicamente, que é hegemônico politicamente no Estado. Nós não podemos fazer vistas grossas, mas obviamente que há argumentos muito fortes, muito significativos para que possamos buscar uma repactuação. Obviamente, que em impacto todos têm que abrir mão de alguma coisa. Quando vamos fazer um acordo todos têm que abrir mão de alguma coisa e quem sabe consigamos construir.

A Comissão está montada e deverá voltar a trabalhar na próxima semana. Eu represento nessa comissão a Universidade Federal de Mato Grosso. Acho que é importante e tenho feito o apelo à Comissão para que a Assembleia Legislativa acompanhe. É claro que a Assembleia Legislativa não participará como membro da Comissão, porque ela vai, depois, votar o projeto de lei, mas, assim como o Ministério Público acompanha essa discussão, que os seus técnicos acompanhem. Há técnicos, extremamente, qualificados na Casa, nessa área ambiental, econômica e social que podem contribuir com o debate e podem, também, facilitar, depois, a tramitação do projeto aqui, na Assembleia Legislativa.

É claro que é importante...

Como?

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE LUÍS CÉSAR - Desse núcleo? Não, são vários núcleos, porque tem discutir várias perspectivas.

A Comissão é bem ampla. Ela tem representação da sociedade civil - as entidades da sociedade civil indicaram -, as entidades patronais tem representação, representação dos órgãos dos Governos Estadual e Federal. Então, ela é bem plural. É uma Comissão bem plural e que vai discutir esse projeto. É claro que não será uma coisa a portas fechadas. Queremos fazer um debate público e acho que é um espaço que nos pode dar uma luz.

Boa vontade não vai resolver, mas, obviamente, que um processo de negociação consciente e comprometido pode nos dar essa alternativa. É possível? É possível, mas nós temos muito trabalho pela frente.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Obrigado, Alexandre César. A sua fala é esclarecedora e fica o desafio. Nós temos condição de fazer o desenvolvimento econômico e sustentável?

Então, quero agradecer o nobre amigo por ter feito essa palestra inicial e já chamar para fazer uso da palavra – já está inscrito aqui, na mesa - o Sr. Luiz Henrique, Superintendente de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Fique à vontade para falar daí, Luiz Henrique.

Gostaria de registrar a presença do Sr. Júlio Cesar Duarte, Vereador e Secretário do Meio Ambiente do Município de Jangada.

Uma salva de palmas e obrigado pela presença. (PALMAS).

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Registrar a presença da Sr<sup>a</sup> Silvana Campos Lacerda, Secretária de Administração do Município de Jangada; Sr. Adilson Pereira Nunes, Técnico Agrícola do Município de Jangada, obrigado pela presença; e Sr. Carlos Celso Pelegrini, Assessor Jurídico do Município de Jangada.

É o Município de Jangada respondendo ao chamado e vindo a nossa Audiência Pública.

Obrigado e sejam todos bem-vindos!

Lembro que está aberta a inscrição! Faço questão que a plateia participe, em especial os alunos da UFMT provoquem, perguntem, perguntem ao professor Alexandre, ao Luiz Henrique. Fiquem à-vontade.

Luiz Henrique Noquelli, a palavra está com o senhor.

O SR. LUIZ HENRIQUE NOQUELLI – Bom dia a todos!

Realmente, é um prazer discutir esse tema que é muito importante para Mato Grosso.

A minha expertise é na área de recursos hídricos. Então, não tem como... O Alexandre puxou para a área do zoneamento, que é a área dele, e eu puxo para a área de recursos hídricos, que é a minha área.

Concordo com o que o Alexandre falou, o zoneamento realmente vai dar um norte muito interessante. E vai voltar mesmo o zoneamento, estão articulando lá dentro da SEMA, já montando equipe... Então, realmente, a discussão do zoneamento vai voltar.

Quando falamos do zoneamento em si, que é um planejamento, temos que ter um planejamento de curto, médio e longo prazo. Mas se não tivermos a conscientização ou a certeza de que aquele bem é finito, não vamos conseguir fazer um planejamento.

Então, eu acho que é mudar essa concepção. Nós não temos que usar tudo, é igual quando falamos em relação à disponibilidade hídrica, que é a minha atuação no Estado, não proibimos ninguém de usar água, organizamos o uso da água no Estado de Mato Grosso. Por quê? Porque não queremos um futuro, como o Estado de São Paulo, em relação à crise hídrica.

É isso que procuramos. Procuramos o planejamento de disponibilidade *versus* demanda para que consigamos, de fato, fazer um gerenciamento das nossas águas.

Então, quando trabalharmos o zoneamento, automaticamente, vai atender a todas as políticas.

Uma coisa é certa, hoje os Poderes, Municipal, Estadual ou Federal, não conseguem fazer nada sozinhos, a participação da sociedade é fundamental.

Uma das prerrogativas da política de recursos hídricos é que seja integrada, descentralizada e participativa. Então, a participação da população é fundamental para que colhamos frutos bons, seja no zoneamento, seja na política de recursos hídricos e na política ambiental.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Obrigado Luiz Henrique! A sua participação aqui legitima a nossa Audiência Pública.

Daqui a pouquinho, eu acho que vai ter perguntas com relação à atuação da SEMA, em específico na questão de recursos hídricos.

Eu estava falando ao Sr. Alexandre que Tangará da Serra acabou de sofrer uma seca nunca antes vista, não só por questão de lavouras, mas pela própria água de consumo da comunidade tangaraense. É algo recorrente, já está acontecendo o fim dos nossos recursos hídricos, e o papel da Assembleia Legislativa é fazer com que consigamos ser proativos nesse sentido.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Registro a presença de Gilmar Campos Soeiro, Engenheiro Agrimensor da Fundação Nacional do Índio-FUNAI.

Uma salva de palmas para o companheiro Gilmar que está aqui (PALMAS).

Espero depois uma inscrição sua, Gilmar, para participar da nossa Audiência Pública perguntando ou contribuindo.

Convido para fazer uso da palavra o Vereador Júnior Bedico, amigo, de Barão de Melgaço.

O SR. JÚNIOR BEDICO – Bom dia a todos!

Eu estou representando o Município de Barão de Melgaço, onde estou Vereador.

Quero saudar o Deputado Professor Allan Kardec; cumprimento todos que compõem o dispositivo; saudar também os alunos da UFMT, onde tive a minha formação também; agradeço ao Professor Dr. Hugo, mas não o vejo mais presente.

O Dr. Alexandre César foi muito feliz na sua explanação, colocou que desenvolvimento sustentável significa tudo aquilo que você usufruir hoje para que as futuras gerações tenham também esse benefício; também muito bem colocado pelo Dr. Henrique, Superintendente na questão de recursos hídricos, que é uma questão finita.

Queria eu ter esse pensamento não só da minha parte, mas também em relação àquelas pessoas que não fazem o tratamento adequado no nosso Rio Cuiabá, que jogam diretamente esgoto que vai cair em Santo Antônio de Leverger, vai cair diretamente no meu Município de Barão de Melgaço e vai atingir, em cheio, as Baias de Chacororé, de Siá Mariana, os nossos corixos, enfim, vai atingir o Pantanal.

Bem colocado também pelo Deputado Professor Allan Kardec a questão de que somos campeões de grãos, campeões de produção, mas vivemos uma realidade, uma discrepância muito grande, uma discrepância abissal no sentido de termos municípios grande produtores, com altíssimos índices de desenvolvimento humano e depois temos de um lado também municípios que têm um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil, dentre eles o meu Município de Barão de Melgaço, que tem pouco desenvolvimento social, econômico.

Mas nós precisamos, acima de tudo, refletir o que estamos contribuindo; quais são as políticas públicas implementadas pelo Governo que está sendo feita no sentido de minimizar essas degradações, Dr. Alexandre Cesar; o que está sendo colocado; quais são as políticas apresentadas pelo Governo, não só neste Governo, mas dos anteriores e dos futuros também. O que podemos colocar?

Na Audiência Pública, requerida pelo Deputado Allan Kardec, sobre desenvolvimento para o turismo do Vale do Rio Cuiabá, eu coloquei uma pergunta com relação ao Secretário de Meio Ambiente de Cuiabá e de Várzea Grande: quais são as políticas que estão sendo feitas em Cuiabá e em Várzea Grande para minimizar esse impacto que sofremos lá para baixo? Porque esse esgoto que cai a céu aberto, essas questões, esse lixo está atingindo diretamente o nosso município.

O nosso município não passa de oito mil habitantes. Nós não geramos esse lixo. Tenho certeza também que Santo Antônio de Leverger não gerou esse lixo e nós que sofremos com esse impacto.

Então, aqui fica uma indagação que eu deixei na Audiência Pública sobre o incentivo ao turismo, que o Deputado Allan Kardec requereu, a última que estivemos representando o Município de Barão de Melgaço, Nós colocamos, novamente, essa indagação no que se refere à questão do desenvolvimento sustentável, ou seja, o que estamos fazendo para minimizar esse

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

---

impacto do lixo gerado. Se você for lá no período da seca, em agosto, setembro, visitem a Baía de Chacororé, a Bacia de Siá Mariana, para verem o quanto de lixo é encontrado. Temos que fazer uma campanha, constantemente, de retirada de lixo que não é gerado por nós.

Então, aqui fica não só a minha indagação, mas a indignação também como município de Barão de Melgaço, como representando do povo do meu município, e o que temos que fazer para não deixar que isso venha a acontecer.

Muito obrigado a todos! Felicidades! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALLAN KARDEC) – Obrigado, Sr. Júnior.

Já está recorrente esse seu pedido, é algo legítimo. E para nós que fomos criados no Pantanal, todas as vezes que descemos a Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger ficamos mesmo com essa pergunta entalada na garganta. Eu acho que está na hora de termos um retorno disso.

Com a palavra, o Sr. Augusto César, Analista Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.

O SR. AUGUSTO CÉSAR C. CASTILHO – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite.

A Superintendente teve uma reunião inadiável em Brasília e me mandou para representa-la.

Início a palavra respondendo o motivo da audiência pública. É possível o desenvolvimento sustentável? Sim. Não sei se sou um otimista, mas, sim, é possível, e é viável inclusive economicamente. Não adianta falarmos que não.

O zoneamento é fundamental. É uma pequena - o Dr. Alexandre sabe disso melhor do que ninguém porque acompanhou, ele estava até bastante adiantado - houve um revés e acabou sendo barrado no Ministério do Meio Ambiente, mas acredito que ele vai ser retomado e vai ser um excelente caminho.

Não vou tentar ficar chovendo no molhado, ficar redundante nas falas em relação ao zoneamento, porque ele é bastante óbvio.

Apenas para ilustrar o quanto é viável o desenvolvimento sustentável, peguei alguns dados do próprio IBGE. Só o setor florestal movimentou no Brasil cerca de 10 bilhões de dólares. Isso representante 7,3% de todas as exportações.

O ecoturismo no mundo são 270 bilhões de dólares, sendo que no Brasil foram apenas 70 milhões, ou seja, temos um potencial de ecoturismo bastante alto.

A questão de produção de produtos orgânicos, puxando um pouco para o lado, já que o Estado de Mato Grosso é um Estado agrícola, podemos mudar um pouco o sistema de agricultura, os orgânicos movimentaram em 2015 2,5 bilhões de reais. Isso em apenas 940 mil hectares, sendo que nós temos 240 milhões de hectares na agricultura.

Recentemente tivemos um trabalho que foi publicado na Ciência Florestal, trabalho de Diogo, que analisou as propriedades rurais de Terra Nova do Norte do Estado de Mato Grosso e verificou-se que as propriedades rurais que se utiliza-se de técnicas de produção orgânicas e são certificados produtos orgânicos conseqüentemente acaba por respeitar mais a legislação brasileira ambiental. Isso é inerente. Não que eles tenham... Ah, eles têm conhecimento da legislação. Tanto quanto qualquer outro produtor. Entretanto, como é preciso produzir daquela maneira, as leis ambientais acabam sendo muito mais respeitadas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Eu até faço uma indagação, inclusive aproveitando que estamos na Assembleia Legislativa, que talvez seja necessário um pouco de leis que visem dar um incentivo a esse tipo de produtor.

Outra coisa que talvez seja necessária é colocar - vou pegar um pouco da SEMA -, talvez seja necessário colocarmos em lei a questão de ter uma análise prioritária para os assentados, porque o grande produtor, como já foi dito aqui, tem recurso, tem dinheiro, mas o pequeno não.

Mato Grosso importa alimento. Ele exporta grão, mas importa alimento. E o alimento é produzido basicamente nas propriedades familiares. É isso que colocamos na nossa mesa. Talvez isso deva ser analisado com um pouco mais de prioridade.

A pequena propriedade rural vai gerar emprego também. É evidente.

Há dados que mostram que enquanto uma grande propriedade rural produz em empregos diretos em torno de um funcionário para cada cem hectares, uma média, o pequeno produtor rural terá um ou dois funcionários em um lotezinho dele que não vai chegar a cem. Em geral são bem menores do que até mesmo um módulo - de trinta ou quarenta hectares.

“Ah, mas essa produção dele é produção da própria família”. Excelente. Pois a família dele já não precisa. Ele produz na própria terra.

Então, acho que precisamos de uma mudança nesse sentido.

É viável, é possível e acredito muito nesse futuro.

Precisamos aproveitar também a oportunidade de a academia estar presente para dizer que precisamos que a academia, por meio da UFMT, UNEMAT, IFMT e todas as outras instituições, inclusive as particulares, desenvolvam pesquisas relacionadas a uma produção mais sustentável.

Temos muito mais artigos publicados a respeito de produção de teca do que temos a respeito de angelim, que é nativa.

Precisamos mudar o nosso conceito de quando você tem uma propriedade rural e 80% dela é reserva legal e não pode mexer, isso não quer dizer que ela não seja economicamente viável. Não se pode é desmatar. (PALMAS) Mas existem alternativas econômicas, o próprio extrativismo.

Não precisa ir longe. Quem quiser pode ir aqui no porto, verificar na Paiol quanto custa 500ml de azeite de castanha do Pará. Está em torno de trinta ou quarenta reais. Tem mercado. A Itália é um grande comprador do óleo de castanha do Pará. Como vou falar que não é possível?

Aproveitando o pessoal da engenharia, precisamos mudar o nosso modelo de construções. A Professora Gilda Maitelli, da Geografia, possui dados que mostram que no início do Século XX Cuiabá era muito mais fresca do que hoje. São dados. Ela tem lá os registros, basta procurá-los.

O que mudou? As construções mudaram, as áreas verdes diminuíram.

Quando eu era criança - sou cuiabano - Cuiabá era chamada de cidade verde. Hoje a coisa mais difícil que tem é você encontrar verde, a não ser que seja na pintura de casa.

Então, precisamos rever isso, precisamos de mais áreas públicas verdes, mais parques, precisamos espalhar isso.

No mais, eu encerro apenas dizendo, em relação ao otimismo, que acho ser possível, sim, e viável economicamente. Só precisamos mudar um pouco a maneira de ver as coisas.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Augusto.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Excelente sua participação. Foi bem no foco mesmo. É esse o desafio. Parece que quando falamos nesses conflitos entre o setor produtivo e o ativismo ambiental é algo que nos extremamos no sentido: “ah, não toca ali porque ali é floresta”.

E você acabou de falar o contrário. Não é Tião? Que conseguimos fazer, no manejo de áreas preservadas, a economia solidária em cima disso.

Então, eu acredito que a sua participação vem ao encontro daquilo que pensamos para esta Audiência Pública, em especial leis que esta Casa possa gerar para desenvolver essa produção socialmente responsável.

Por exemplo, em Chapada do Guimarães, ex-Deputado Alexandre, o senhor que tem residência lá, lá tem uma horta comunitária orgânica. Muitas vezes não conseguimos avançar para melhorar, não conseguimos certificar para que ela possa vender para a escola, para que ela possa vender para uma unidade básica de saúde, mas vemos que muitos cuiabanos vão para Chapada dos Guimarães para comprar daquela horta comunitária, na qual 16 famílias trabalham.

Vamos avançar na nossa Audiência Pública.

Eu gostaria de ouvir agora a Professora Ivone da Silva Matos, Coordenadora do Curso de Engenharia Sanitária Ambiental da UFMT; lembrando que a inscrição da plateia está aberta. Preciso da participação de vocês.

A SR<sup>a</sup> IVONE DA SILVA MATOS – Bom dia a todos!

Eu sou Coordenadora do Curso de Engenharia Sanitária Ambiental e muito nos honra estar hoje aqui neste momento discutindo algo tão importante para as nossas vidas, que é o desenvolvimento sustentável em relação aos nossos recursos ambientais.

Temos que pensar que tudo começa na educação.

No meu ponto de vista a educação ambiental é o princípio de tudo. Por quê?

Quando ouvimos o nosso vereador falar: “Nossa, o lixo de Cuiabá está prejudicando o nosso Pantanal.”.

Gente, eu sou da primeira turma de Engenharia Sanitária Ambiental e estamos repetindo isso há 30 anos.

Então, o que aconteceu nesses 30 anos que não se resolveu? Então, começamos com a educação ambiental. No meu ponto de vista, a partir daí, eu acho que temos tecnologia suficiente para resolver os problemas ambientais desde o de baixo custo até o de alto custo. O que está faltando é o técnico conversar com o político. Às vezes o técnico tem uma ideia, mostra a solução, mas as forças políticas não permitem que o faça.

Esse modelo de desenvolvimento limpo é totalmente possível. Nós temos exemplos de um mundo inteiro, é viável, é possível, desde que as ações... E aí pegando o gancho do zoneamento, que sejam colocadas em prática todas as ideias colocadas, que sejam direcionadas para atingir os objetivos propostos. Eu vejo assim, começamos com a educação ambiental, com a vontade política junto com os nossos técnicos conversando, e achar a melhor solução.

Porque hoje, no mundo inteiro se discute muito a economia verde, a economia ambiental e isso aí faz parte. Quem quer trabalhar e não ganhar dinheiro? Todos queremos. Então por que não reverter isso em benefício? Nós não estamos aqui no ar-condicionado, luz elétrica, de onde veio tudo isso? De algum lugar que está gerando a nossa energia. Desde que saímos de casa, nós temos que praticar o meio ambiente sempre! Acordamos, escovamos os dentes, tomamos banho, usamos o recurso.

Então, o quanto eu gastei de energia para consumir algo de algum recurso do planeta. Tudo isso nós temos que pensar. Onde está a minha atitude para minimizar esses impactos?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Começamos de dentro da nossa casa, dentro da nossa cidade e assim nós temos uma infinidade de propostas, de modelos, de exemplos que podem ser seguidos, e é viável, sim!

Concordo com o colega, temos que ser otimistas, temos que fazer alguma coisa para melhorar o nosso meio ambiente e todo o conjunto dele: água, ar, solo etc. Tudo que for possível.

Então, veja bem, concordo que temos que ter ações que façam com que o modelo de desenvolvimento limpo seja implantado no nosso Estado, na nossa cidade, no nosso dia a dia, desde que seja discutido, seja direcionado de uma forma para que todos possam usufruir desse tipo de ação, porque não adianta só para alguns, tem que ser para todos.

Temos exemplos na nossa cidade, se andarmos na nossa cidade, a quantidade de lixo que vemos espalhado em alguns lugares, os nossos córregos poluídos. Dentro do Parque Mãe Bonifácia, você vai passear... O riacho que corre lá está poluído, por que está acontecendo? Onde que está o nosso erro? O que nós podemos fazer? Podemos conversar? Precisamos conversar, temos que tentar minimizar esses impactos, então tudo isso passa por um modelo de desenvolvimento limpo; e a reciclagem, a parte de reutilização, já temos grandes projetos de reuso da água, está super em alta agora falar do reuso da água. Se formos ficar falando de todas as alternativas que pode gerar o modelo do desenvolvimento limpo não vai ser nesses cinco minutos que estou falando aqui que nós vamos conseguir.

Então, só estou alertando, é possível sim, temos tecnologia suficiente para resolver alguns problemas ambientais, voltados para a economia verde, como o colega disse, os nossos edifícios sendo construídos... Isso já é realidade nos Países de primeiro mundo, edifício autossustentável, utilização da água da chuva, a posição em que esse prédio vai ser construído para receber a energia do sol. E aqui a nossa região altamente ensolarada, por que não temos um modelo para gerar energia com a luz solar? Estamos vendo o Nordeste, que tem muita capacidade de ventos, olha a energia eólica funcionando.

Então, passa por isso tudo, o consumo da energia, que precisamos para termos uma vida confortável, outra coisa, até gostaria de me dirigir ao Alexandre César na questão, quando ele discutiu a questão desse novo Código Florestal que interferiu no zoneamento, nesse novo Código que surgiu na questão do desmatamento etc.

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Professora Ivone.

Vou passar a inscrição, a fala para Paulo Wagner de Moura, Coordenador Executivo do Instituto Cidade Amiga, Cooperativa Verde Vitória. Estou muito feliz de sentar aqui Paulo, estava esperando a presença do Secretário Estopa, porém ele adiantou que não vai conseguir vir, mas nós temos uma ação já em curso com relação à questão da coleta seletiva de lixo, em especial dos orgânicos.

Gostaria que o senhor tocasse nesse assunto, como que nós conseguimos avançar em Cuiabá e quais são os passos necessários para que possamos consolidar essa política aqui em Cuiabá?

E deixar para a mesa uma pergunta da aluna Vitória Antunes, cadê Vitória? “Assunto sobre transgênico, os senhores acham que o transgênico é uma forma sustentável no Estado? A meu ver apenas grandes proprietários e empresas, como a Monsanto, veem nesse tipo de alimento uma forma de renda, que beneficia apenas o mercado externo e destina combustíveis”, um questionamento e já também um posicionamento.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Então, depois da fala do Paulo, começaremos as interações, finalizo depois dele com o Dr. Francisco, faço questão que o nosso Procurador da Casa também tenha sua fala e quero também provocar vocês a participar, temos mais meia hora para finalizarmos a nossa Audiência.

Faço questão que o meu professor Hugo faça uso da palavra para aproveitar a construção do conhecimento que esta Audiência pode fazer por nós.

Com a palavra, o Sr. Paulo Wagner.

O SR. PAULO WAGNER MOURA DE OLIVEIRA – Começarei parabenizando essa iniciativa do Deputado Professor Allan Kardec, porque vejo que é sempre bom trazermos em pauta esse tema da sustentabilidade.

Quando falamos de sustentabilidade, infelizmente, ainda nos deparamos no Brasil, no Estado com um modelo subdesenvolvido de desenvolvimento, que não vê o desenvolvimento de forma sistêmica, não vê que meio ambiente, a questão econômica, a questão ambiental estão imbricadas, não dá para separar dessa forma estanque, compartilhada, temos que ter uma visão mais sistêmica, uma visão geral.

Nós, lá do Instituto Cidade Amiga, trabalhamos há mais de uma década e meia com a questão dos resíduos no Município de Cuiabá, com a política nacional de resíduos e hoje esta política é uma exigência legal para todos os Municípios. Ela levou mais de dez anos para ser aprovada e é uma lei boa, é uma lei que ordena toda essa questão da gestão sustentável dos resíduos.

E traz conceitos fundamentais, entre eles o conceito da responsabilidade compartilhada. Hoje a questão dos resíduos não é uma questão apenas do gerador, não é uma questão do Município, do Poder Público, do consumidor, é uma questão que tem que ser uma responsabilidade compartilhada e que tem princípios: o princípio da não geração, o princípio da destinação sustentável dos resíduos de um modo geral.

Hoje, Cuiabá vive um problema sério, são mais de setecentas toneladas de resíduos que são jogados diariamente no lixão. Tentamos minimizar, falar que é um aterro controlado, mas é um lixão a céu aberto. É um problema sério.

No ano de 2014, existiu um prazo limite para o fechamento dos lixões, que foi em agosto de 2014, e foi adiado, ano que vem já vence esse adiamento. É preciso caminhar no sentido de o que faremos quando se fechar o lixão de Cuiabá, quando isso for legal?

Ligado à questão do lixão, do aterro controlado, temos a questão dos trabalhadores do lixão trabalhando de forma desumana, insalubre e expostos a todo tipo de doença. Também temos a questão que hoje um dos conceitos que a Política Nacional de Resíduos traz é o lixo como gerador de renda e cidadania. Não podemos mais, se você enterra pet, plástico, papel, resíduo orgânico, você está enterrando dinheiro!

Nós, lá no Instituto Cidade Amiga, temos uma tecnologia social chamada Tecnologia Conexão Cheiro Verde. Pegamos o resíduo orgânico de grandes geradores, transformamos em adubo orgânico e produzimos hortaliças orgânicas certificadas. É uma tecnologia premiada nacionalmente pelo FINEP, reconhecida pela Fundação Banco do Brasil e ainda temos pouco incentivo para replicar, porque uma das características da tecnologia de sucesso é a capacidade de replicação. Se replicarmos tecnologia, podemos gerar renda e cidadania para as pessoas e, principalmente, o grande problema do aterro, da destinação sustentável dos resíduos é a gestão dos resíduos orgânicos, eles representam mais de 50% dos resíduos no município.

É esse resíduo orgânico que polui o outro resíduo, impede que ele seja reciclado e reutilizado. Esse resíduo, após ser lançado no lixão, gera o chorume tóxico que contamina os rios, podemos dizer que os rios, os principais rios que cruzam as cidades, os mananciais hídricos, hoje,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

---

estão poluídos pelo chorume do aterro sanitário. Isso já é... Existem estudos nesse sentido, o Rio Coxipó que desagua no Rio Cuiabá. Então, precisamos dar uma solução. Não podemos ver essa questão hoje separada, o lixo impacta a questão hídrica e assim sucessivamente, a questão sanitária e a questão da contaminação do lençol freático. Aí é uma cadeia de problemas que precisa ser vista de forma sistêmica.

Eu acho que a questão dos resíduos no município, de um modo geral no Estado, é vista de uma forma muito rasa, “Ah, vamos executar, vamos fazer aqui”, vamos dizer assim, é aquela coisa de faz de conta. Mas, não há discussão profunda que envolva, por exemplo, a Associação Mato-Grossense dos Engenheiros Sanitaristas, que envolva a Universidade, eu acho que precisamos criar aqui no município um Fórum Municipal dos Resíduos Orgânicos. E que esse fórum tenha voz, que seja ouvido e que a partir dele possa surgir um planejamento para lidar com essa questão, que é uma questão delicada, uma questão séria, precisa ser vista, sim, com um olhar, vamos dizer assim, da sua importância.

E nós temos também um trabalho para se fazer no sentido da inclusão socioprodutiva dos catadores de resíduos do município. Nós falamos catador, mas falamos de toda rede de resíduos que inclui todos os atores sociais que trabalham nesse regime associativista, cooperativista com a compostagem e reciclagem dos resíduos orgânicos do município. Então, vimos hoje cooperativas em uma luta para poder se manter, são pessoas, são agentes ambientais de grande importância para o município. Pessoas que estão todos os dias com as mãos fazendo reciclagem dos resíduos e, às vezes, em condições insalubres, expondo-se a doenças, porque o lixo não é segregado na fonte. Na hora que ele vai segregar, vai abrir o saco de lixo que tem pet, mas tem fraudas, tem absorvente, tem seringa, às vezes contaminada e tem até restos humanos que já foram detectados. Então é uma questão séria que precisa ser discutida com mais zelo, com olhar mais atento. Eu vejo que Cuiabá pode ser, se houver realmente interesse de implementação da política de resíduos dos municípios na implantação da política de resíduos um papel de ser protagonista, um exemplo para o Estado. Agora, é claro, que isso depende de vontade política, depende de envolvimento dessa responsabilidade compartilhada que também traga o conceito do gerador pagador. Se eu poluo, se eu gero resíduos, eu tenho que pagar para que seja dada uma destinação sustentável. Nós temos a questão da logística reversa, que é prevista na lei. Aquele que gera embalagens, vamos dar um exemplo clássico, *Tetra Park*, é uma das grandes embalagens que poluem. Eles têm que investir mais no município. O município tem que cobrar mais e, ao mesmo tempo, na hora em que eu implanto a política, eu tenho condições também de tornar isso arrecadador; a partir do momento em que eu faço do gerador, pagador, eu vou gerar receita com a qual eu posso estimular uma cooperativa de catadores, eu posso replicar tecnologias sociais que sejam interessantes nessa questão dos resíduos nos municípios... E é claro, eu acho o desenvolvimento sustentável possível desde que se traga um modelo melhor de desenvolvimento, um modelo realmente sustentável, que se mude esse paradigma predador que se tem hoje.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado Paulo, vamos continuar juntos, Paulo, essa é uma luta que o nosso mandato tem toda obrigação de acompanhar com você.

Vou passar para o Dr. Francisco Brito, mas antes do Dr. Francisco, eu gostaria que alguém aqui respondesse a pergunta da nossa aluna e tem uma pergunta direcionada para o Alexandre Cesar, do nosso amigo Tião do Sime. “É possível o desenvolvimento sustentável sem repensar o atual modelo de produção?”

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Então, vai pensando nisso Alexandre Cesar, me passa a pergunta da aluna, eu vou passar para o Augusto.

Augusto, o assunto é transgênico? “Os senhores acham que o transgênico é uma forma sustentável no Estado? Existe essa possibilidade?”, ela fez essa pergunta, mas ela vem com posicionamento crítico: “a meu ver, apenas grande proprietários, empresas como a Monsanto, veem, nesse tipo de alimentos, uma forma de renda.”. O que nós achamos aqui, o que acreditamos sobre isso? Você faz a sua resposta, aí continuamos abertos às perguntas aqui, Alexandre vai fazer a resposta do Tião, eu finalizo a participação da mesa depois com o Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO BRITO – Bom dia a todos, saúdo e cumprimento a todas as pessoas que compõem esta mesa, em nome do Deputado Professor Allan Kardec, e parabênizo a fala do Procurador Alexandre Cesar.

O tema é pertinente. Desenvolvimento sustentável, sobretudo que estamos em Mato Grosso, um dos Estados de maior produção agroindustrial e qualquer tragédia ambiental atingiria toda a região, não só o ponto específico.

O desenvolvimento sustentável, como um direito à terceira geração, tem sua vertente por ser transindividual, indivisível, indeterminado, ligado por uma circunstância de fato em que essa poluição atinge todas as cadeias, toda a conservação da natureza.

Então, como proposta para possibilitar esse desenvolvimento sustentável, poderia citar investimento em tecnologia, pesquisa, de tal forma que a produção industrial, ou a produção agroindustrial produza menos poluentes, nisso teria que investir, reformular os custos de engenharias, investir, nessa parte o poder público deve buscar a melhor alternativa, estimular também a implementação da política nacional de resíduos sólidos ou a política pública tributária, de forma a recompensar os produtores que não poluem por meio de benefícios, como é o ICMS Ecológico.

Na educação ambiental, pegando o gancho da Professora, massificar o consumo consciente, mesmo que isso custe uma diminuição da produção da cadeia produtiva. Sem educação ambiental efetiva é impossível conseguir um desenvolvimento sustentável.

Na parte punitiva, seria a aplicação das multas administrativas, efetivas, para coibir a transgressão às normas do direito ambiental. Poderíamos citar o exemplo do Código de Trânsito Brasileiro, pois antes de 1997, as infrações de trânsito eram de valores muito baixos. Ao longo dos seus vinte anos, as infrações de trânsito aumentaram os seus valores, o rigor, por exemplo, a ultrapassagem, o bafômetro...

Então, essas multas administrativas efetivadas seriam uma forma de coibir os transgressores das normas de proteção ao direito ambiental. Pegando um gancho na fala do Procurador Alexandre César, o zoneamento ecológico econômico é um planejamento econômico social e ambiental para conhecer esses potenciais e as deficiências da região. E tem que partir do Poder Público, por meio dos Deputados, do Chefe do Poder Executivo, seja Prefeito ou Governador, independentemente da plataforma política, de qual partido que ele seja, tem que ter isso como meta, uma decisão enérgica de implementar, sabendo que sem preservar é impossível ter uma conservação do meio ambiente.

É isso. Passo a palavra ao nosso Deputado Professor Allan Kardec. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Obrigado, Dr. Francisco.

Vamos às duas respostas e volto à plateia.

Com a palavra, o Sr. Augusto.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

O SR. AUGUSTO CÉSAR C. CASTILHO - Em relação aos transgênicos, primeiramente, as pesquisas sobre transgênicos são bastante dúbias. Essa é uma opinião mais técnica do que política, sou formado em Biologia.

O que acontece com os transgênicos? A ideia inicial dos transgênicos é que se consiga modificar o organismo de modo que não se precise de tanto agrotóxico. Olha que coisa bacana!

Na teoria, o fato de utilizar produtos transgênicos estaria diminuindo a quantidade de agrotóxicos que utilizo naquela produção. A ideia inicial é essa. Qual é o problema dos transgênicos em si? É exatamente porque as pesquisas são dúbias. Temos algumas pesquisas que mostraram, principalmente em ratos, que esses transgênicos poderiam causar algum tipo de tumor. Essas pesquisas são controversas? São. Algumas pessoas questionam.

Eu acho que é necessário... E aí tem um aspecto legal, é que a população tenha consciência daquilo que está comprando. Eu entendo como uma coisa obrigatória que o produto transgênico venha estampado na sua embalagem que aquilo é transgênico, então, a população escolherá se irá correr o risco ou não. Eu, particularmente, sempre que posso, evito. Mas, é difícil, porque a transgenia - se você for pegar - começou com as ervilhas de Mendel, então, é bem complicado.

Em relação à pergunta de favorecimento aos grandes produtores, as pesquisas de transgênicos são pesquisas caras, você tem um arcabouço tecnológico, um arcabouço de insumo naquele pesquisador, conseqüentemente, é raro você ter, eu diria até que é inexistente, que eu tenha alguma coisa relacionada à pesquisa de transgênicos para o cupuaçu, por exemplo, não tem. Mas, eu tenho muita coisa de pesquisa de transgênicos relacionada a milho, a soja e trigo. Isso por quê? Por causa do aporte financeiro que é necessário para se fazer até mesmo uma pesquisa de desenvolvimento. Então, conseqüentemente, as empresas irão financiar aquilo que terá mais retorno.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Obrigado, Augusto.

A provocação é para o Alexandre César, eu irei para a plateia já com as inscrições. O microfone já está com a nossa assessoria, ex-Deputado Alexandre César.

O SR. ALEXANDRE LUÍS CÉSAR - Eu acho que o Augusto respondeu à questão dos transgênicos, eu só enfatizaria a questão do princípio da precaução que eu falei durante a minha exposição.

Parece-me que não temos ainda uma base científica sólida, robusta, para poder afirmar que um determinado produto, que sofre uma alteração genética, será inócuo para o meio, especialmente, para aqueles que vão consumi-lo. Portanto, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, quando tem autorizado esse tipo de produto, está fazendo uma aposta que desconsidera esse princípio.

O que evidencia isso mais claramente é que, na semana passada, há 15 dias, no máximo, houve uma denúncia bastante grave, de que um executivo da Monsanto teria confessado que teria alterado dados de uma pesquisa desenvolvida por eles, porque logicamente o Governo não tem como investir, quem investe é a empresa que quer licenciar um produto como esse. E ela subsidia o poder público com esses estudos para que ele possa avaliar esses estudos e depois autorizar. O poder público começa a fazer por amostragem, porque não dá também para contemplar todo o universo, e isso acaba gerando esse tipo de brecha. É uma situação bastante... Eu penso que é um futuro sem retorno... Nós vamos continuar tendo esses produtos cada vez mais presentes, especialmente, naquilo que é economicamente viável, mais presente no nosso consumo. Mas eu acho

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

---

que esse alerta tem que ser feito, nós não temos ainda base suficiente para assegurar que esses produtos não causarão a nós, mas também em outras espécies, o comprometimento.

Com relação à pergunta, à provocação do Tião, acho que eu deixei bem claro. Esse modelo é um modelo predatório do ponto de vista ambiental, é um modelo excludente do ponto de vista social e é um modelo que, para mim, é economicamente inviável. Agora pode estar na crista da onda! Agora pode estar no maior ciclo histórico já vivido de *commodities* agrícolas. Mas isso tem fim, isso terá fim. Obviamente, quem está no comando, quem tem a maioria política e quem tem a hegemonia econômica, em todos os aspectos que isso diz, que isso decorre nas comunidades, não vai querer abrir mão de explorar ao máximo esse momento. Mas, é possível, sim, avançar para algum grau de desenvolvimento sustentável, porque também diz que é um conceito guarda-chuva, não é uma coisa única dentro desse contexto, colocando algumas limitações.

Então, quando o Sr. Luiz Henrique falava da questão dos recursos hídricos, nós buscamos no nosso substitutivo, quando discutimos o zoneamento... Isso veio da proposta do Poder Executivo, determinar uma determinada categoria de uso, não para impedir a produção agrícola nessas áreas, mas exatamente para reconhecer a vulnerabilidade com relação aos recursos hídricos nessas áreas: área de recarga, nascentes, mananciais, etc., e que precisavam de uma atividade produtiva regulada de alguma forma para que não comprometêssemos o futuro das nossas águas. Isso foi objeto de um ataque brutal, porque são áreas de produção agrícola e a turma queria uma área consolidada. “Não isso tem que ser área consolidada!” Não, espere aí! Estamos colocando aqui que é uma área frágil, exatamente, para que possamos direcionar recursos para recuperarmos essas áreas que estão fragilizadas. Mesmo assim, o hegemonicamente econômico não quis aceitar e patrolou a nossa proposta aqui.

Agora, é claro, para o meu projeto, para minha concepção de sustentabilidade, que não exclua, ao contrário, que inclua; que não destrua e que garanta maior justiça social, obviamente, esse modelo precisa ser mudado. Mas temos forças na sociedade para poder mudar este modelo?

Ontem mesmo, eu comentava o que pode ser incrível em um domingo, à tarde, mas a discussão era... Estávamos discutindo questões macro do ponto de vista filosófico e político e dizer assim: não, mas o capitalismo... Está bem, o capitalismo é hegemônico. Não é o fim da história, obviamente, como queria o Francisco Cuiama, mas o capitalismo é hegemônico no mundo inteiro. Não vai me dizer que na Coreia do Norte, na China, em Cuba, de alguma forma, não tenhamos a economia capitalista presente, porque nós temos. Nós temos! Não existe um Estado socialista no mundo hoje ou qualquer coisa próxima. Há os estados de bem-estar social preservados nos países escandinavos, algum traço, ainda, na Europa, em alguns outros países, mas, no geral, o capitalismo clássico é claramente hegemônico no mundo inteiro. Deu certo? Deu certo! O mundo é mais igual, o mundo é mais justo, o mundo está melhor hoje do que estava há cinquenta anos quando ainda havia a guerra fria? Não estou dizendo que defendo aquele modelo, mas... Então, deu certo? A partir da concepção que todos nós temos que não deu certo, é preciso caminhar no sentido de que se construa um novo modelo. Obviamente, esse que está aí não assegura isso.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Maravilha!

Vamos à plateia, rapidinho.

Com a palavra o acadêmico Breno Moreira e, depois, o Professor Hugo.

O SR. BRENO MOREIRA – Bom dia, Deputados!

Há alguns dias eu me deparei com uma propaganda partidária política: o nosso Ministro Blairo Maggi exaltando que o agronegócio representava 50% do PIB Nacional e com isso

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

me veio lembrar e exaltar, também, que o agronegócio é um dos maiores causadores do desmatamento das matas e florestas do nosso País.

Venho aqui, sendo assim, perguntar aos senhores que medidas poderiam ser tomadas, porque o tema aqui é desenvolvimento sustentável, para que reduzisse o desmatamento, mas, no mesmo caso, não afetando e nem prejudicando o agronegócio brasileiro que tem uma participação muito significativa no nosso PIB.

No caso, no termo geral, Mato Grosso – vamos falar de Mato Grosso - é líder em vários quesitos no agronegócio.

Que medidas poderiam ser tomadas para que reduzisse o desmatamento, mas não afetasse o agronegócio?

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Maravilha Breno, essa a grande pergunta desta audiência.

Passarei ao Professor Hugo, de repente, ele tem ideia de como podemos responder para você. Daqui a pouco... Depois do Hugo, finalizarei com a Sr<sup>a</sup> Tamires.

Professor, o senhor quer vir à tribuna ou falará daí?

Enquanto a nossa assessoria está levando o microfone ao Professor Hugo, já digo a você: é fazer uma grande discussão sobre a questão da fiscalização acerca dessas áreas – este é um ponto -. Então, para isso precisamos aprovar o zoneamento. Outra situação: precisamos construir um novo modelo econômico, também, não baseado, apenas, no agronegócio, mas, em especial, em monoculturas: soja, milho ou algodão.

Mas avançaremos na sua pergunta que é a pergunta “x”, a pergunta prioritária desta Audiência.

Com a palavra, o Professor Hugo, Professor e Dr. da UFMT.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Bom dia a todos e todas!

Primeiramente, quero parabenizar o Deputado Professor Allan Kardec em relação à iniciativa desta Audiência Pública que acho muito bem-vinda.

Cumprimentar, particularmente, o ex-Deputado Alexandre Cesar, Professora Eliane, minha colega na Universidade; e o restante dos membros da mesa.

Deputado Professor Allan Kardec, eu não tenho nenhuma intenção de aceitar a sua provocação no sentido de dar uma solução para essa questão que o acadêmico levantou. Na verdade, prefiro fazer mais uma reflexão em relação à questão ambiental e à degradação que ocorre no Brasil.

A partir dos meus quase 30 anos de atividade ligada a essa área, não sou membro de nenhuma ONG e dediquei minha vida toda a questões de defesa do ambiente via os lugares onde trabalhei, particularmente, na Universidade Federal de Mato Grosso como um dos idealizadores e professor da Disciplina de Planejamento e Gestão Ambiental I e II do Curso de Licenciatura da Universidade, Bacharelado, posso dizer aos senhores que estou bastante desiludido e não vejo perspectivas muito boas nesse sentido.

Particularmente, eu quero agradecer, publicamente, ao ex-Deputado Alexandre César por ter me convidado, à época, para participar da revisão do Zoneamento na Assembleia Legislativa, onde trabalhamos muito, sofremos bastante e no fim não tivemos muito sucesso. Os senhores entenderão, daqui a pouco, por que não obtivemos sucesso.

Vejo que temos um problema crônico em Mato Grosso muito mais que o resto do Brasil, mas, particularmente, em Mato Grosso, em relação a essa questão da consciência ambiental, mas, acima de tudo, em relação a nossa decisão política no dia da eleição. Nós, em Mato Grosso, não somos acostumados a ter na nossa agenda como prioridade a questão ambiental quando

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

---

elegemos vereadores, deputados, senadores, governadores e presidente da república já é um pouco mais complicado.

Eu quero lembrá-los que no Estado de Mato Grosso até agora se elegeu um único Deputado Estadual com base na agenda ambiental e, ainda, deixando pelo na cerca, que foi o Gilney Viana. O Gilney! Deixando pelo na cerca! Quando ele foi para a segunda eleição, ele não se reelegeu.

Qual significado tem isso? Tem um significado muito simples: o povo de Mato Grosso não está interessado como um todo, como uma massa, a não ser algumas pessoas que estão presentes, á interessado na agenda ambiental. Eu vejo isso! Não consigo perceber isso! O povo de Mato Grosso prefere, e o de Cuiabá da mesma maneira particular, quando faz eleição para a Câmara de Vereadores, eleger aquele que faz uma promessa de que vai fazer isso, isso e aquilo, mas não está muito interessado na questão ambiental.

Eu posso colocar Cuiabá como exemplo, como modelo. O atual Deputado Estadual Wilson Santos se elegeu como prefeito prometendo coleta seletiva. Não implantou no primeiro mandato e quando foi para a segunda eleição continuou sem implantar e se reelegeu. O ex-Prefeito Mauro Mendes, também, fez muitas promessas em relação à coleta seletiva, mas pouco aconteceu. Eu diria que quase nada. E vejam que estou dando um aspecto bem prático, bem específico. Agora, na eleição passada, que o Emanuel Pinheiro se elegeu, essa questão da agenda ambiental pouco entrou em pauta, praticamente, não entrou. Por quê? Porque os candidatos perceberam que ela não era um ponto focal para se eleger Prefeito de Cuiabá e, mais do que isso, os candidatos a Vereadores, da mesma maneira, pouco falaram da questão ambiental ou quase nada. Por quê? Porque perceberam que o povo de Mato Grosso e o povo de Cuiabá, em particular, não dá resposta a isso. Quando digo dar resposta é no sentido de votos.

No Estado de Mato Grosso, dos 24 Deputados, num certo momento fiz um levantamento sobre isso, tinham 22 dos Deputados Estaduais ligados ao agronegócio. Vinte e dois! Como que vocês querem ou como que nós queremos que passe um Zoneamento Socioeconômico Ecológico que tenha algum tipo de restrição, e eu não digo nem restrição no sentido de impedir, restrição no sentido de não poder fazer tudo no agronegócio? Não. Não tem como passar.

O que nós estamos vivendo, somos os corresponsáveis! Aqui não estou cobrando ninguém, em particular, mas tenho certeza que muitos dos que estão aqui presentes quando vão à urna, eu diria a maioria, sequer levam em consideração o aspecto da preservação, da conservação ambiental, do desenvolvimento com bases ambientais. Não levam em consideração! E é por isso que estamos na situação que estamos.

Então, ao acadêmico eu respondo: eu não há solução. A solução está com o povo, com a população. É ela que tem que se preocupar, a população. E se nós vamos ter um “disgrama” de ambiente em Mato Grosso, degradado, contaminado, isso é responsabilidade nossa. Nós não podemos terceirizar essa responsabilidade para os governadores, porque fomos nós quem os colocamos lá.

Eu vou dar uma ideia para vocês de como estamos andando para trás: No Estado de Mato Grosso, em 1995, foi aprovada a legislação do Código Ambiental que previa 50m de preservação da APP - Área de Preservação Permanente ao longo de rios e códigos de até 10m de largura. Essa Lei foi modificada e passada para 30m, ou seja, diminuiu.

Isso é um indicador claro para vocês de que nós em Mato Grosso caminhamos para trás.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

O ICMS ecológico, que foi uma grande movimentação que o Deputado Gilney Viana fez por ter sido Deputado Federal e introduziu essa questão no Estado de Mato Grosso, hoje é um percentual ínfimo perto do que é o total do ICMS. O percentual já foi bem maior daquilo que nós arrecadamos em termos de ICMS destinado aos municípios que tinham áreas unidades de conservação, de preservação ou áreas indígenas. Diminuiu! Andamos para trás! Mas nós não precisamos ficar só aqui no Estado de Mato Grosso, precisamos também lembrar em nível nacional.

O antigo Código Florestal, de 2012, previa a APP contada a partir dos alagamentos extremos, das cheias máximas; o novo previa a partir da calha do rio. Portanto, nós perdemos infinitas, enormes áreas que seriam de preservação, que seriam, no mínimo, de conservação a partir de um pequeno mecanismo legal.

Eu estou passando uma mensagem um pouco negativa, mas uma mensagem de uma pessoa que tem 30 anos de academia, que contribuiu bastante e tenho militância política também, e quer mostrar para vocês que não adianta chorar daqui um pouco, que a coisa está degradada, que o nosso solo está contaminado por agrotóxicos, que nós temos problemas com relação de perdas de minas d'água, como já vi em Alta Floresta.

Quando fui a Alta Floresta, em 1995, pela primeira vez, era raro você encontrar algum córrego que não tivesse APP. Vai lá agora. Eu fui lá pela última vez há dois anos. Tem gente que está pedindo dinheiro em programa do Governo do Estado para fazer poços para que seu gado tenha água para beber, sendo que a solução estava com ele mesmo, porque ele não conservou a APP da nascente ao longo do rio.

Em função disso tudo, pessoal, não vou apresentar nenhuma solução. Eu não acredito, porque estamos caminhando para trás em nível nacional, caminhando para trás em nível estadual, e municipal nunca me detive para analisar detalhadamente, mas acho que não estamos avançando muito, até poderia dizer que estamos regredindo, porque já tínhamos um processo de coleta com separação no aterro sanitário, e hoje, na verdade, o nosso aterro sanitário é um lixão e não temos mais essa coleta separada. É um lixão!

Volta e meia a imprensa denuncia muito timidamente. Isso é um atraso! Sabe quando tivemos uma estação de tratamento de resíduos? Em 96, 97. Roberto França, nosso Prefeito, à época, fez muita bobagem, mas essa foi uma coisa positiva.

Então, pessoal, sinto muito se estou trazendo isso, mas é mais uma mensagem como professor, como acadêmico, de preocupação no sentido de que temos que trabalhar muito mais nossos colegas, nossos amigos; temos que fazer a nossa parte em casa, no ambiente de trabalho, no ambiente da universidade, no ambiente da escola, enfim, onde trabalhamos.

Mais uma vez, toda sorte, Deputado Professor Allan Kardec, e parabéns!

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Professor Hugo!

Encerramos, de fato, a participação da plenária, mas ainda temos aqui três perguntas. Então, peço um pouquinho de paciência para que encerremos com a presença de cada um e cada uma.

Vereador Júnior Bidico, pergunta reta para o senhor: “O senhor acha que as prefeituras de Cuiabá e de Várzea Grande são omissas em relação ao tratamento de esgoto?”  
Pergunta de André Ambrósio, Engenheiro Sanitário e Ambiental.

Obrigado, André!

O SR. JÚNIOR BIDICO – André, eu não acho, tenho certeza. (PALMAS)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - A pergunta sobre o novo Código, Alexandre, está com você?

O SR. ALEXANDRE CÉSAR - Tem várias implicações com relação ao Código Florestal, que já não é mais tão novo, já fez cinco anos.

É aí é o gancho da história do zoneamento, o § 2º do art. 13 da Lei 12.651, que institui esse novo Código Florestal, dá cinco anos para os Estados que ainda não tivessem elaborado seus zoneamentos. Foram cinco anos e não temos zoneamento em Mato Grosso ainda.

Tem um técnico da FAMATO que vive dizendo: “Não, mas tem uma Lei e enquanto não tiver transitado em julgado da ação ela está em vigor mesmo que suspensa maior parte dos seus dispositivos”. É verdade. Só manteve os conceitos da Lei de zoneamento, que não é zoneamento.

O zoneamento é exatamente dizer onde é que você pode, especialmente onde você não pode fazer algumas coisas.

Os americanos falam do *zoneam is negative*, ou seja, todo zoneamento tem que dizer: “Olha aqui pode e aqui não pode”.

A questão do Código Florestal. A Professora Ivone colocou aqui o que mudou e o que pode mudar na questão da discussão do uso e ocupação do solo.

Como o Professor Hugo já apontou, o Código Florestal foi um retrocesso do ponto de vista de uso e ocupação do solo. O que ele fez? Trabalhou com o fato consumado, mesmo que tivéssemos outro Código, que era de 1965. Portanto, todo mundo que ocupou a Amazônia ou qualquer outro território do Brasil, a partir de 1965, sabia qual era a Lei; sabia como funcionava; sabia o que podia e o que não podia fazer.

O novo Código Florestal veio: “Não, mas a marcha para oeste. Não, o ame ou deixe o Brasil... Todos, Ordem e Progresso”. Todas as campanhas que foram feitas para ocupação disseram: “Você tem que desmatar, senão você não recebe financiamento; você não recebe o título da terra; você está irregular. Você não é patriota se você não desmatar. Então, com base nessa argumentação, vamos regularizar a situação de todo mundo.”.

Pois bem, regularizamos. Cinco anos depois os índices de desmatamentos crescem no País todo!

Agora me disse, numa das entrevistas que fiz, um líder do Movimento Ambientalista: “a luta é dos ambientalistas pelo código que a gente rejeitou, código que combatemos.” Porque quem aprovou, a Bancada do Agronegócio, isso no Congresso, não está nem aí com o Código Florestal e por isso o desmatamento continua.

Quem é que está desmatando? Para que estão desmatando?

Então, infelizmente, estamos numa situação, estamos num refluxo da questão ambiental no mundo todo e no Brasil isso é significativo porque é a partir da produção primária que o nosso PIB se estrutura.

Como assegurar a manutenção do nosso PIB para não criar um caos econômico ainda maior no nosso País, como garantir a manutenção do nosso PIB e combater o desmatamento ao mesmo tempo? É só aplicar essa lei que eles aprovaram. Foram os caras do PIB que aprovaram essa lei. Só que eles respeitam essa... E fiscalizar.

Área para produção no Brasil já temos sobrando. Isso é lugar comum, fica parecendo chavão nosso, mas não Somos nós que falamos, quem fala é o IMEA-Instituto Matogrossense de Estudos Econômicos, ligado à FAMATO, à ACRIMAT, à APROSOJA. Eles que dizem que tem área sobrando, não precisa desmatar mais nada. E por que continuam desmatando?!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Infelizmente, Professora Ivone e aqueles que perguntaram sobre o tema, a situação não é boa. Agora teve efeitos.

Outra entrevista mostra que, por exemplo, no Zoneamento de Mato Grosso foi exatamente a possibilidade de aprovar uma lei geral, não uma específica, aprovar uma lei geral, que foi o Código Florestal, que fez com que a turma patrolasse o nosso trabalho aqui, Hugo, o nosso e de técnicos do governo do Estado de mais de 20 anos.

Ah bom, se vamos aprovarmos o Código Florestal que irá resolver a situação de todo mundo, por que vamos ficar cedendo anéis para esses ambientalistas que não querem deixar nos produzirmos com plenitude no Estado de Mato Grosso?

E jogaram o nosso substitutivo construído com ampla participação da sociedade, mais de oito mil propostas foram coletadas e sistematizadas durante o debate, mais de 80 mil pessoas participaram dos seminários técnicos e das Audiências Públicas, com todos os desvios que houve na questão da informação, da contrainformação especialmente, porque o governo não fez informação correta, não usou a mídia governamental para defender o zoneamento que ele mesmo tinha produzido, soltou na corredora e a FAMATO, obviamente, que usou a contrainformação para poder defender a sua versão dos fatos, que obviamente teve repercussão na sociedade e aqui dentro.

O prazo acabou, como eu disse, e a luta continua. Agora nós lutamos pelo Código Florestal que rejeitamos.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito bem.

Encerro aqui a pergunta da plateia – deixe-me ver quem fez a pergunta - do André Ambrósio, uma provocação excelente para o nosso técnico do IBAMA.

Pena que não estamos lidando com o Diretor-Superintendente, mas com um técnico efetivo para responder: “Por que o IBAMA não tem a eficácia para prevenir o desmatamento?”

Geralmente chega depois que está degradado, com multas. Então, a pergunta é: “O que é necessário para ter medidas preventivas?”

O SR. AUGUSTO CÉSAR DA COSTA CASTILHO – Inicialmente quero deixar bem claro que o que é necessário para se conservar é um pouco mais de conscientização. Simples assim.

Vamos pegar o próprio município. Temos em Cuiabá uma quantidade enorme de pessoas que na hora de fazer a reforma da sua casa não respeita sua área de permeabilidade. Bastante básico: concreta tudo. Exatamente.

Ora, como é que eu, que moro na cidade e estou concretando a minha casa inteira, vou ter moral para falar para o fazendeiro que ele não pode fazer algo parecido?

Então, a primeira coisa que é preciso fazer é partir da sua própria consciência.

Em relação ao trabalho do IBAMA, não podemos esquecer que por força legal, Lei Complementar nº 140/2011, a responsabilidade direta de fiscalizar as áreas desmatadas no Estado de Mato Grosso, em especial as propriedades rurais, pertence à SEMA.

Eu não estou querendo que o IBAMA... “Ah! O IBAMA está se esquivando.”. Não! Tanto não se esquia que ele fiscaliza. Mas isso é a Lei Complementar nº 140, não sou eu que estou falando.

Por que o IBAMA só chega depois?

Basicamente o monitoramento de desmate é feito por imagem de satélite e denúncias. Se a denúncia chega e for atribuição do IBAMA, o IBAMA intervém. Se não, vai esperar

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA: “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

---

o satélite passar, em geral a cada quinze dias se tem uma visada, o IBAMA vai visualizar aquele desmatamento após quinze dias devido ao tempo de passagem do satélite.

Tudo bem? Então é essa razão.

Mas eu quero dizer, sem querer defender, mas já defendendo, que o IBAMA fiscaliza, o IBAMA faz a sua parte e não podemos nos esquecer de que o IBAMA é um órgão executor. Então, nós tentamos fazer valer a lei que foi aprovada.

Eu não tenho que concordar com lei, eu tenho que cumprir a lei.

Tem um monte: “ah, eu não gosto dessa lei. Essa lei está errada” Paciência! É lei. Vou fazer o quê? Tem que cumprir. Então, o IBAMA chega, fiscaliza e faz a multa.

E eu acho que o trabalho de montar, principalmente o trabalho de embargar, é um trabalho dissuasor do desmatamento, embora seja feito apenas depois, porque se a pessoa está com a área embargada, ele não consegue vender o seu produto e infelizmente nós temos o hábito de refletir as nossas ações apenas quando ataca a nossa conta bancária.

Então, se a pessoa está embargada, e hoje qualquer um pode saber se está com CPF embargado por meio da página do IBAMA, vai verificar.

O que os frigoríficos fazem?

Se o Augusto está com nome dele nas áreas embargadas, o frigorífico não vai comprar o gado do Augusto. Se o André está com CPF dele nas áreas embargadas do IBAMA, ele não vai conseguir vender sua soja. É assim que funciona. Isso é dissuasão.

Espero ter atendido alguma coisa. Estou aberto a novos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Augusto.

Quero agradecer a professora Ivone e dizer da importância de sua participação e dos alunos aqui conosco nesta Audiência Pública.

Quero agradecer o Luiz Henrique.

Obrigado pela participação Augusto.

Alexandre Cesar, Procurador do Estado, obrigado por ter feito a palestra inicial e acompanhado a nossa Audiência Pública.

Júnior, meu amigo pantaneiro de Barão de Melgaço, obrigado. Já é a terceira audiência que você acompanha e agradeço muito.

Paulo Henrique e em especial todos que vieram aqui e participaram efetivamente.

Meu amigo Hugo, Tião, alunos e alunas.

Para que possamos encerrar esta Audiência Pública de maneira a cumprir o rito, agradeço todos e todas que participaram, fizeram parte da construção desta Audiência.

Eu quero parabenizar e agradecer a equipe do cerimonial da Assembleia Legislativa, em especial a TV Assembleia, que fez a cobertura ao vivo no canal 30.2 HD, para 141 municípios do Estado de Mato Grosso, e via *internet* para todo o mundo, a Rádio Assembleia também, as nossas Taquígrafas que acompanham e monitoram os eventos, registrando e deixando esses registros para a posteridade.

Não posso encerrar sem falar sobre a questão de representatividade política, Professor Hugo. A Assembleia Legislativa tem vinte e três Deputados e uma Deputada e a região metropolitana Cuiabá, Várzea Grande, o Vale do Rio Cuiabá tem um terço, quase 35% da população do Estado do Mato Grosso e 34% dos eleitores e eleitoras deste Estado, mas só temos quatro Deputados.

Mato Grosso do Sul, que tem o mesmo número de Deputados e Deputadas de Campo Grande e da região metropolitana, tem dezesseis Deputados naquela Assembleia Legislativa.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O TEMA:**  
**“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?”, REALIZADA NO DIA 05 DE**  
**JUNHO DE 2017, ÀS 09H.**

---

Quando paramos e pensamos que é a grande bancada é do agronegócio, temos que fazer também essa consciência política. Quem está nos representando? Desses representantes, quem de fato toca e está afeito à questão do meio ambiente? Isso é importante deixarmos registrado.

Avançar nas questões ambientais também está ligado às questões políticas e de representatividade. Vivemos em uma democracia representativa, não é o ideal, o ideal seria a democracia direta, Professora Janaína, mas isso é quase impossível.

Na política representativa, temos que entender quem nos representa e o nosso mandato tem prestado conta daquilo que construiremos daqui para frente, avaliando a história que nos trouxe até aqui. Deputado Alexandre, o senhor que fez um trabalho muito grande, não conseguiu avançar nesse ponto porque na hora de votar e aprovar, a representação política foi esmagadora para o lado do agronegócio e a balança entre a conservação ambiental e o mundo sustentável fica desfavorável quando temos na Assembleia Legislativa vinte Deputados ligados ao agronegócio.

Isso precisa ser refletido sim, mas partindo para o fim. Estou satisfeito com a participação nesta Audiência Pública, por isso declaro encerrada esta audiência e convido todos a participarem conosco do nosso mandato.

Obrigado.

Bom dia. (PALMAS)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Nerissa Noujain Salomão Santos;
  - Rosilene Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.